

Donos de escola recusam a tendência estatizante

RIO
AGÊNCIA ESTADO

A tendência "estatizante e socializante" do capítulo do anteprojeto da nova Constituição que trata da educação e cultura foi, unanimemente, rejeitado ontem, no Rio, pela assembleia do congresso "A Escola Particular na Constituinte", realizado no Hotel Glória. O encontro reuniu centenas de diretores de escolas particulares de todo o País, todos preocupados com "a ingerência, cada vez maior, do estado nos destinos da iniciativa privada", como acentuou o presidente da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino (Fenen), professor Roberto Dornas.

Religiosa e leiga, pobre e rica, a iniciativa privada se fez representar quase maciçamente nesse congresso que discutiu as principais questões que a colocam hoje em confronto com os parágrafos, emendas e artigos que recheiam o anteprojeto da Constituição, no que diz respeito à educação. E são grandes e muitas as queixas que o deputado Álvaro Valle, um dos participantes do congresso, comprometeu-se a levar até Brasília.

Os colégios particulares deixa-

ram claro que não querem uma educação como dever do estado, conforme está prescrito no artigo 371 do capítulo III que trata da educação e cultura. Exigem um espaço para a iniciativa privada, certos de que constitui direito "natural dos pais" a escolha da educação e da instituição que pretendem para seus filhos.

Os donos dos colégios particulares não querem que o estado determine como eles devem gerir a sua escola. Concordam com o artigo 372, quando este diz que o acesso à educação deve ser democrático e permanente. Mas recusam o princípio de que a gestão do ensino, em todos os níveis, deve ser do estado.

Da mesma forma, rejeitam a proposta de que o estado só tem obrigações para com o ensino público. A iniciativa privada acha que a preocupação do estado deve ser com o ensino em geral, ainda que caiba a cada instituição a decisão de escolher o que mais lhe convém. Pelo anteprojeto, as verbas públicas somente serão destinadas às escolas públicas. A escola particular não quer assim. E voz comum que a bolsa de estudo, além de descentralizar, constitui ajuda ao aluno e não ao estabelecimento de ensino.

"Se abusos houve ou há" — res-

salta o professor Roberto Dornas — "é porque a fiscalização é falha. É fácil acusar a escola particular de desonesta, mas não devemos esquecer que esse novelo tem duas pontas."

Além disso, os diretores de escolas particulares não consideram que bolsa de estudo seja, na prática, um simples repasse de verbas públicas para a iniciativa privada. E querem que o valor dessas bolsas não seja mais aleatório, mas tenha como parâmetro o custo do ensino oferecido por uma escola estatal. "Vedar o sistema de bolsas", diz Dornas, "é discriminar o estudante pobre, que só fica com a opção da escola pública ou sem outra alternativa onde esta não existir".

Pode-se dizer que a tônica das discussões realizadas no congresso foi um profundo pessimismo com a situação atual. E quem melhor traduziu esse sentimento, a julgar pelas palmas que recebeu, foi o professor Daer, para quem as perspectivas financeiras dos colégios "são tão funestas quanto as perspectivas do País" e acrescentou: "Povo sem dinheiro não tem como pagar a educação de seus filhos e povo sem educação não tem como obter dinheiro".